

# Resumo de notícias econômicas

27 de Setembro de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 182

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 27 SETEMBRO DE 2021

## **Empresas querem País como protagonista da agenda verde mundial**

### **O Estado de S. Paulo**

Presidentes de 107 grandes empresas nacionais e estrangeiras e de dez entidades setoriais assinaram uma carta defendendo objetivos climáticos ambiciosos e o protagonismo do País nas negociações do clima. O documento será apresentado ao governo brasileiro e levado para a conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP26, marcada para novembro, em Glasgow, na Escócia. A carta “Empresários pelo Clima” mostra a importância que a questão ambiental tem para a economia – apenas 46 empresas desse grupo, que têm capital aberto, somam quase R\$ 1 trilhão em faturamento. Presidentes de empresas como Bradesco, Ipiranga, BRF, Renner, Klabin e Natura, entre outras, alertam para o risco de prejuízos diante de ameaças de retirada de investimentos estrangeiros e boicote a produtos brasileiros por causa da gestão ambiental de Bolsonaro.

Em meio à desconfiança global em relação à gestão ambiental brasileira por parte do governo, os empresários voltam a se posicionar sobre o tema. Presidentes de 107 grandes empresas nacionais e estrangeiras e de dez entidades setoriais assinaram uma carta defendendo objetivos climáticos ambiciosos e o protagonismo do País nas negociações do clima.

O tamanho das empresas que subscrevem o documento é um indicativo da importância que a questão ambiental tem para a economia brasileira. Apenas as 46 empresas desse grupo que têm capital aberto somam R\$ 1 trilhão em faturamento. Assinam o documento CEOs como Octavio de Lazari Júnior (Bradesco), Lorival Luz (BRF), Marc Reichardt (Bayer), Daniel Klabin (Klabin), Fabio Faccio (Renner), Marcelo Melchior (Nestlé), André Lopes de Araújo (Shell), Daniel Mazini (Amazon), Christian Gebara (Vivo), João Paulo Ferreira (Natura) e Marcelo Araujo (Ipiranga). Chamada de “Empresários pelo

Clima”, a iniciativa liderada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ocorre em meio a uma série de movimentos do setor privado para se blindar do posicionamento ambiental do governo de Jair Bolsonaro. Diante de ameaças, por parte dos estrangeiros, de retirada de investimentos e boicote aos produtos brasileiros, lideranças empresariais têm manifestado publicamente preocupação com o desmatamento e cobrado medidas.

“Objetivos climáticos ambiciosos correspondem à nossa convicção de que o Brasil deve buscar o protagonismo nas negociações de clima. Esse é o papel compatível com a nossa tradição de integridade climática”, afirma um trecho da carta. “O Brasil deve manter a sua centralidade nesse diálogo, sob pena de prejuízo ao setor produtivo e à sociedade brasileira.”

A presidente do CEBDS, Marina Gross, que foi negociadora em conferências sobre o clima, explica que o conselho tem alertado internamente ao governo sobre como seu posicionamento tira recursos das empresas. “Na carta, estamos dizendo ao governo: ‘por favor, avance, pois nós vamos dar a retaguarda’. Para fora do Brasil, estamos mostrando que o País tem grandes empresas e instituições, com um peso grande do PIB, fazendo a coisa certa.”

## **Governo prepara plano para levar à COP26**

### **O Estado de S. Paulo**

Os primeiros detalhes do plano de neutralidade climática brasileiro para 2050 serão apresentados ao público antes da COP26, marcada para ocorrer em novembro, em Glasgow (Escócia), segundo o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. Pressionado pela comunidade internacional, em abril, durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima organizada pelo presidente americano Joe Biden, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro antecipou em 10 anos o prazo para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa pelo País.

A meta anterior era 2060. Apesar de o empenho ter sido bem recebido, havia uma série de dúvidas sobre como o governo doméstico trabalharia nessa direção, já que as medidas que serão adotadas para tal até agora não foram reveladas. Segundo Leite,

o principal compromisso do momento é com o desmatamento, um dos pontos que mais chama a atenção da comunidade internacional, principalmente da Amazônia. O plano é elaborado por um grupo de trabalho interministerial. O ministro disse que novidades serão divulgadas “nos próximos dias”. “Será uma direção em relação às atividades que deverão ser monitoradas para atingir a meta de 37% até 2025; de 43%, até 2030 e de neutralidade em 2050.”

## **Prévia aponta maior inflação para setembro em 27 anos**

### **Broadcast**

O IPCA-15, prévia da inflação oficial do País, avançou 1,14% em setembro e fez o índice chegar a 10% no acumulado de 12 meses. A alta é a maior para o mês desde 1994, início do Plano Real. A gasolina teve alta de 2,85% e acumula 39,05% em um ano. A conta de luz subiu 3,61%. Para analistas, a inflação em dois dígitos pressiona ainda mais o Banco Central, que já havia anunciado mais uma alta dos juros na próxima reunião do Copom.

A escalada de preços dos combustíveis e da conta de luz, que já vem apertando o orçamento das famílias brasileiras nos últimos meses, fez a prévia da inflação oficial subir forte e superar os 10% no acumulado dos últimos 12 meses. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) avançou 1,14% em setembro, a maior alta para o mês de setembro desde 1994, início do Plano Real. O dado, que considerou os preços coletados entre 14 de agosto e 14 de setembro, foi divulgado ontem pelo IBGE.

O resultado surpreendeu e veio acima da mediana da taxa apontada pela pesquisa do Projeções Broadcast com as estimativas do mercado financeiro. Agora, os analistas devem rever suas projeções para o IPCA de setembro, quando o acumulado em 12 meses também deverá romper os 10%. Diante das declarações recentes do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a política monetária não alteraria seu “plano de voo” em função de cada novo dado de inflação, analistas seguem apostando na manutenção do ritmo de alta da Selic, a taxa básica de juros, mas reconheceram que aumentou a pressão sobre a autoridade monetária. O BC anunciou alta para 6,25% ao ano, e informou que pretende repetir a dose em outubro.

Para Daniel Lima, economista do banco ABC Brasil, os números mostram um cenário indigesto para o BC, pois a composição do IPCA-15 de setembro veio ruim em todos os aspectos, seja porque a elevação de preços está difundida pelos diversos produtos e serviços pesquisados, seja porque os núcleos, ou seja, o cálculo da inflação que exclui as maiores variações, também está acelerando. “A leitura geral desse IPCA15 é de um número desfavorável: a média dos núcleos, a difusão, todas as categorias de bens industriais, serviços, preços administrados e alimentação no domicílio mostrando aceleração”, disse Lima.

O economista Homero Guizzo, da corretora Guide Investimentos, descreveu os dados do IPCA-15 de setembro como “assustadores”. “Em outras partes do ano, conseguimos identificar alguns ‘poréns’ nos números altos de inflação, como o índice geral pressionado por algum choque concentrado. Hoje, é mais difícil. Não podemos recorrer a esse argumento. Quando olhamos a abertura, tem pressão de todos os lados”, disse o economista.

## **Perspectiva é positiva na B3 para mineradoras e siderúrgicas**

### **Broadcast**

As recentes oscilações do preço do minério de ferro e as incertezas a respeito do desempenho da economia chinesa atingiram mineradoras e siderúrgicas na Bolsa. A última semana foi de muitas emoções para o investidor, que viu a commodity despencar para US\$ 92,98 a tonelada na segunda-feira e chegar na sexta em US\$ 111,33. Tudo isso em meio às preocupações sobre a solvência da Evergrande, gigante chinesa do setor imobiliário.

Analistas avaliam, contudo, que as perspectivas da área nos médio e longo prazos são positivas. Para o analista Vitor Suzaki, do banco Daycoval, a queda superior a 50% nos preços do minério de ferro, em um curto período, não faz sentido do ponto de vista mercadológico e deve ser passageira. Em sua visão, o produto deve se sustentar perto ou acima do atual nível, com efeito positivo sobre as empresas do setor, como na última semana.

O analista da Elite Investimentos, Alexandre de M. Marques Filho, diz que os preços acima de US\$ 200 a tonelada no pós-pandemia foram nada mais que o represamento da demanda. Agora, com níveis de preço mais reais, por volta dos US\$ 100 a tonelada, a Vale, por exemplo, continuará sendo lucrativa. “A qualidade do seu minério e o preço extra pago por ele, aliada a um custo baixo, manterão a geração de caixa alta”, escreve.

Sobre as siderúrgicas, ele diz que, se por um lado a demanda por aço pode arrefecer em função da China, por outro, seus custos podem diminuir, com a matéria-prima mais barata.

Segundo os analistas, no curto prazo, contudo, a volatilidade deve continuar, até que as incertezas se dissipem. Entre elas, a extensão dos impactos do caso Evergrande e as perspectivas de restrições prolongadas de produção de aço na China após 2021.

O BB Investimentos trabalha com a recuperação parcial da demanda em 2022, mas não nos níveis de preços de minério dos últimos meses, e projeta que os preços médios se reduzirão gradualmente, até atingir o nível de US\$ 70 por tonelada em 2025.

Com relação às recomendações de Top Picks para a próxima semana, a Ativa Investimentos retirou as ações de Camil ON, Copel PNB e Marfrig ON de sua carteira, e colocou no lugar Braskem PNA, Cosan ON e Guararapes ON. Permaneceram Carrefour ON e Weg ON.

O Banco Daycoval retirou Assaí ON e Eztec ON para colocar Locaweb ON e Ser Educacional ON, mantendo Ambev ON, Hapvida ON e Magazine Luíza ON. A Elite trocou Méliuz ON por Petrobras PN e ficaram Assaí ON, Intelbras ON, M.dias Branco ON e Weg ON.

## **Cenário externo ajuda o balanço de pagamentos**

### **Broadcast**

As boas condições da economia mundial continuam a impulsionar as exportações brasileiras e a assegurar bons resultados nas contas externas do País. O ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos mantém-se positivo, mas poderia ser mais intenso se o ambiente interno não estivesse agitado por causa de atitudes

preocupantes do governo e da falta de rumo nas suas decisões econômicas e fiscais, que potencializam incertezas com que a pandemia ainda turva o cenário internacional.

Este é o quadro que as estatísticas do setor externo divulgadas pelo Banco Central (BC) traçam para as relações financeiras e comerciais do País com a economia mundial.

As transações correntes do balanço de pagamentos registraram superávit de US\$ 1,684 bilhão em agosto, no segundo maior resultado positivo para o mês desde o início da série do BC, em 1995. É também o melhor resultado desde 2006, quando o superávit alcançou o recorde de US\$ 2,217 bilhões. Esse resultado foi decorrente, basicamente, do bom desempenho da balança comercial, que, pela metodologia utilizada pelo BC, registrou saldo positivo de US\$ 5,648 bilhões em agosto. A demanda internacional – especialmente do principal comprador de produtos brasileiros, a China – mantém-se expressiva e as cotações dos principais itens da pauta de exportações do País continuam atrativas.

A conta de serviços, também componente das contas correntes do balanço de pagamento, teve déficit de US\$ 1,577 bilhão no mês. As rendas primárias apresentaram déficit de US\$ 2,601 bilhões e as secundárias, superávit de US\$ 213 milhões. O superávit das contas correntes é a soma algébrica desses valores.

A conta financeira, de sua parte, registrou superávit de US\$ 1,724 bilhão. O ingresso de investimento direto no país (IDP) alcançou US\$ 4,451 bilhões em agosto, abaixo da mediana das projeções de analistas do mercado financeiro. Em 12 meses, o volume é de US\$ 49,536 bilhões.

A mais recente previsão do BC é de ingresso de IDP de US\$ 60 bilhões em 2021. Estimativas do setor privado são predominantemente menores, de cerca de US\$ 50 bilhões. O cenário mundial e fragilidades econômicas internas são apontados como fatores para conter a expansão mais rápida do IDP, de impacto expressivo sobre o crescimento econômico.

## Dúvidas sobre China derrubam a Vale

### Broadcast

Depois de atingir níveis recordes em maio, o preço da tonelada do minério de ferro levou um tombo e chacoalhou a Bolsa de Valores brasileira nos últimos meses. Na última semana, bancos estrangeiros como HSBC, UBS e Bank of America rebaixaram a recomendação das ações da Vale de compra para venda ou neutro, de olho nas quedas expressivas nos preços do minério de ferro negociado em Qingdao, na China. Somente entre agosto e setembro, o preço da commodity cedeu 34,7%, passando de US\$ 181,2 para os atuais US\$ 118,3.

No mesmo período, os papéis da Vale minguiaram 21,27%, saindo dos R\$ 98,6 para o patamar de R\$ 77,6, nas mínimas do ano, segundo dados da Economatica Brasil. Para o investidor que viu as ações deslançarem em 2020, com mais de 50% de valorização, a correção de preços foi uma surpresa desagradável.

O motivo por trás das quedas de preços do minério também passou a preocupar. Em uma tentativa de controlar a inflação e diminuir o impacto ambiental da produção de aço, a China impôs sérias restrições à produção do metal no país. Medidas como o fechamento de fábricas e a imposição de tarifas sobre a exportação de aço resultaram na diminuição brusca de demanda pelo minério de ferro, insumo usado para fabricar o aço.

A China é um dos maiores importadores de minério de ferro e um dos maiores exportadores de aço do mundo, com poder de influenciar nos preços. Paralelamente, uma crise na Evergrande, uma gigantesca incorporadora chinesa, despertou desconfiança sobre o modelo de crescimento econômico do país.

Durante décadas, o investimento no mercado imobiliário foi um dos principais motores do crescimento chinês e alimentou a demanda pelo minério de ferro, usado em projetos de infraestrutura. Para acelerar a retomada econômica pós-covid, a estratégia não foi diferente. Contudo, a alta alavancagem da incorporadora, que acumula dívidas de US\$ 300 bilhões, acendeu o sinal amarelo sobre uma possível bolha imobiliária se e fez o mercado temer “um novo Lehman Brothers”, banco que virou símbolo da crise financeira de 2008 com sua quebra.

## Selic mais alta encarece financiamento imobiliário

### Broadcast

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros do País, a Selic, de 5,25% para 6,25% ao ano. A notícia tem impacto direto no mercado imobiliário. Afinal, quanto mais altos os juros básicos, mais caro fica o financiamento imobiliário. Mesmo assim, especialistas dizem que ainda é um bom momento para a compra de imóveis.

Ronnie Sang Jr., fundador da imobiliária AoCubo, diz que, apesar de o setor atravessar um momento de aumento dos custos de construção, com a disparada dos preços de produtos como o aço, por exemplo, e da alta da Selic, o mercado imobiliário não dá sinais de arrefecimento, graças às mudanças nos hábitos de morar. “Nos patamares superiores, apesar do repasse de preços, a pandemia tornou a necessidade de morar melhor algo urgente, e isso é um combustível atual do setor”, diz.

Para o engenheiro Vinicius Motta, presidente da plataforma Minha Casa Financiada, o aquecimento do mercado deve durar ainda pelo menos mais quatro anos. Ele acredita, portanto, que o momento é propício para comprar ou construir imóveis via financiamentos – filão explorado pela startup, que recorre às linhas de crédito da Caixa Econômica Federal para “aquisição de terreno e construção” e “construção em terreno próprio” para auxiliar os clientes a construir casas do zero, reduzindo em 50% os custos se comparados à aquisição de um imóvel pronto. “Nós trabalhamos com duas linhas de financiamento aqui na MCF”, explica o empresário. “A primeira é atrelada ao aumento da poupança, que é imediato. A outra é atrelada à TR (Taxa Referencial), que está congelada em 7,72%. Ainda não foram repassados os aumentos da Selic para essa.” Motta afirma que nunca existiram taxas tão baixas de financiamento imobiliário e que ficou mais barato optar pela modalidade, mesmo para quem tem dinheiro em caixa. “Por que, se você está pagando 7,72% de juros no imóvel e tem dinheiro aplicado rendendo 15% ao ano, vale a pena tirar esse dinheiro e pagar uma dívida de 7% ao ano? Não vale”, afirma. “Pessoas com dinheiro preferem pegar crédito no banco ao invés de se descapitalizar. Essa é a realidade de quando você tem taxas muito mais baixas do que o rendimento de uma carteira de investimento do brasileiro.”

As taxas de juros dos financiamentos imobiliários já tinham subido mesmo antes de o Copom anunciar a elevação, na semana passada. Quem puxou a fila dos aumentos foi o banco Santander, que subiu, no último dia 4, o juro do crédito imobiliário de 7,99% ao ano, mais variação da Taxa Referencial, para 8,99%, segundo a instituição. Na sequência, veio o Bradesco, que passou a ter taxas que variam entre 8,50% e 8,90% ao ano mais TR, dependendo do perfil do cliente. O Itaú Unibanco começa a cobrar 8,30% ao ano mais variação da TR nos financiamentos tradicionais, ante os juros de 7,30% ao ano vigente anteriormente.

## **Private equity foca em ativos com preocupações ESG**

### **Folha de São Paulo**

O problema da baixa penetração de internet de qualidade e com um preço justo no País ficou ainda mais evidente durante a pandemia. Por isso, desde 2018, o fundo de private equity EB Capital vem comprando uma série de empresas do setor de internet de fibra óptica. A primeira foi a Sumicity, que era estabelecida na cidade de Sumidouro, no Rio de Janeiro.

Segundo Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras e sócio da EB Capital, trata-se de uma oportunidade de mercado e um investimento de impacto ao mesmo tempo. “Entramos nesse mercado pois existe uma desigualdade digital que vai agravar a desigualdade social”, diz. Até agora, a gestora já investiu R\$ 2 bilhões nessa área e ampliou o número de assinantes de 90 mil para 800 mil. A meta é chegar a 1 milhão em 2022 com planos de preço inicial em R\$ 79.

O EB Capital surgiu em 2018 com o propósito de alcançar retornos de, ao menos, 25% ao ano, mas apenas com investimentos que causem impacto positivo na sociedade. Além da internet de fibra óptica, investe em áreas como educação e serviços para pequenos e médios empresários. “A chave está no profit and purpose (lucro e propósito)”, afirma Parente. Com essa visão, o fundo já possui R\$ 3 bilhões sob gestão e quer chegar a R\$ 5 bilhões até dezembro.

O movimento do EB Capital vem se tornando cada vez mais frequente nos fundos de private equity. A agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança)

entrou de vez nas tomadas de decisões de investimentos das gestoras, que observam os impactos para a sociedade, a possibilidade de altos lucros e diminuição dos riscos de seus portfólios.

Segundo um estudo global feito pela consultoria PwC, 66% dos executivos de fundos afirmam que a criação de valor e o impacto já é um dos três fatores que mais contam na hora de investir. “Nos últimos anos, vimos uma mudança de comportamento nos fundos. Antes, ocorriam mais processos, para ver se nada estava errado. Agora, há diversos fundos criando portfólios voltados para o ESG”, afirma Christian Gamboa, sócio da PwC.

## **Falta de ESG faz fundos cancelarem investimentos**

### **Broadcast**

Ao mesmo tempo em que muitos gestores começam a entender como o ESG impacta seus investimentos, outros estão até deixando de investir em empresas que não estão se adequando aos novos tempos. A PwC aponta que 37% dos fundos deixaram de realizar um investimento por preocupações com o ESG.

O fundo canadense CDPQ, que administra planos de previdência públicos da cidade de Quebec, tem US\$ 4,7 bilhões investidos no Brasil. Poderia ser mais, porém houve desistência de um aporte recentemente. “Olhamos uma indústria de transformação, e ela foi aprovada no quesito ‘S’ e no ‘G’, mas, quando fomos olhar o ‘E’, percebemos que o processo dela era extremamente intensivo em carbono”, afirma Denis Jungerman, principal executivo da operação brasileira, que representa 4% do total do fundo.

Mas já há algumas certezas do CDPQ em todo o mundo. Alguns setores estão descartados para investimentos, como o de petróleo e o de carvão. Em maio de 2018, globalmente o CDPQ colocou como meta alcançar US\$ 32 bilhões em investimentos ligados à sustentabilidade e melhoria social até 2020. O número, contudo, foi superado em US\$ 4 bilhões. “Em um prazo curto, faremos uma nova revisão dos nossos objetivos futuros”, diz Jungerman.

A GEF Capital também não quer saber de alguns setores, como o de óleo e gás, além de não colocar dinheiro em empresas de armas. O fundo Patria Investments tem as suas preferências: está de olho nos setores de saúde, energia renovável e educação, além de infraestrutura. Para Bruno Serapião, sócio do Patria, o fundo sempre olha o risco futuro antes de realizar um aporte. “Entramos em uma empresa agora para vender daqui a dez anos. Então, precisamos entrar em setores que terão compradores no longo prazo”, afirma Serapião.

## **Cenário é mais complicado’**

### **O Estado de S. Paulo**

Economista da FGV, Paulo Picchetti diz que em crises como as de 2003 e 2014 o governo tinha mais ferramentas para segurar preços. O economista Paulo Picchetti, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBREFGV) e professor da Escola de Economia da FGV-SP, considera o cenário hoje da inflação brasileira mais complicado desde a estabilização da economia, em julho de 1994, com a edição do Plano Real.

De lá para cá, ele aponta dois momentos críticos de aceleração da inflação: em 2003, com a crise de expectativas, quando o dólar chegou a R\$ 4, e em 2014, com reajuste de tarifas. Em ambos os momentos, o quadro foi revertido com mais facilidade porque a economia brasileira vinha de um período de expansão. Hoje, no entanto, o espaço para o ajuste de política fiscal existe, mas é menor. “Estamos com a economia andando de lado há bastante tempo. Isso reduz os graus de liberdade, de um lado, para estimular a economia e, de outro, para combater a inflação.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

- **O resultado da prévia da inflação de setembro surpreendeu?**

Particularmente, a mim não surpreendeu. Acompanho o IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor Semanal), que é um índice muito parecido com o IPCA. O IPC-S tinha encostado em 1,20% na terceira quadrissemana de setembro e deve acabar o mês mais para perto de 1,40%. Acho que essa dinâmica vale para o IPCA também. Isso porque há aumentos de energia elétrica, gasolina e de passagens aéreas (caso do IPC-S), que estão

para serem incorporados no fechamento do mês. Acredito que o IPCA de setembro também deve terminar acima dessa leitura da metade do mês.

• **Esse resultado da prévia de setembro muda a projeção da inflação para este ano?**

No caso do IPC-S, acho que muda porque não só o número veio é alto, mas os núcleos estão mostrando uma tendência de aceleração da inflação.

• **O resultado de setembro, que atingiu dois dígitos em 12 meses (10,05%), pode mudar mais ainda a condução da política monetária?**

O Banco Central já sinalizou que virá mais aumento de juros pela frente. O que vai acontecer, além disso, vai ser a reprodução do que já vem acontecendo nos últimos meses. Ele constantemente está checando a evolução da projeção à frente e, se julgar necessário, vai dar sinalizações de aumentos ainda adicionais. Não temos como falar sobre isso hoje.

• **Quando a inflação vai cair?**

Todo mundo, eu, inclusive, imaginava que, na virada do primeiro para o segundo semestre de 2021, os índices iriam bater o pico de 7% acumulado em 12 meses e iriam começar a cair a partir daí. Só que ocorreram várias surpresas: a crise hídrica, aumento das tarifas de energia, combustíveis e esse reaquecimento da economia com a reabertura das atividades suspensas com a pandemia. Então, se chover suficientemente no verão para desligar as térmicas, retirar as bandeiras criadas e essa mesma chuva ajudar na safra agrícola e na pecuária, imagino que, em algum momento do primeiro trimestre do ano que vem, teremos uma descompressão da inflação. Mas tudo isso está condicionado a esses fatores que são difíceis de prever. Isso sem incluir um outro lado que vem forte: toda a incerteza política ligada às reformas e à situação fiscal, que impedem o recuo do dólar, apesar do ganho das exportações. Vamos lembrar que 2022 será um ano eleitoral. Isso amplia as incertezas. Mas, sendo otimista em relação tanto ao clima meteorológico, quanto ao político, imagino numa descompressão na inflação no primeiro trimestre de 2022.

**• Se compararmos o quadro da inflação no Brasil após o Plano Real, a partir de julho de 1994, hoje o cenário é mais complicado do que naquela época?**

Sem dúvida. Tivemos um momento de alta da inflação em 2003 com crise de expectativas, com o câmbio chegando a R\$ 4, o IGP (Índice Geral de Preços) disparando, mas foi contornado. Assim que o tripé macroeconômico (meta de inflação, meta fiscal e câmbio flutuante) foi reafirmado, o Banco Central reagiu e o ajuste foi feito e o quadro revertido. Mais recentemente, depois da reeleição de Dilma (presidente Dilma Rousseff), houve o reajuste tarifário e um ano de aceleração forte da inflação, mas também foi revertido. Diga-se de passagem, com uma recessão bastante profunda. O cenário de agora é mais complicado em termos de graus de liberdade. O espaço para o ajuste de política fiscal e monetária é menor comparado a esses dois episódios anteriores. Ele existe, mas é menor. Isso porque estamos com a economia andando de lado há bastante tempo. Ao contrário de 2003 e de 2014, quando estávamos no fim de um período de expansão. Isso reduz os graus de liberdade, de um lado, para estimular a economia e, de outro, para combater a inflação. Isso torna o momento atual particularmente desafiador.

## **Selic maior deve gerar custo de R\$ 200 bi por ano para dívida bruta**

### **O Estado de S. Paulo**

O novo aumento de um ponto porcentual da Selic, que agora está em 6,25% ao ano, vai elevar o custo de carregamento da dívida bruta em ao menos R\$ 200 bilhões por ano. A taxa básica de juros, que estava na mínima histórica de 2% no início de 2021, deve atingir 8,5% até dezembro, segundo previsão de analistas do mercado financeiro. Com o aumento dos juros, o valor pago pelo governo para financiar a dívida sobe, com reflexos para as contas públicas.

A dívida bruta do governo geral somou quase R\$ 6,798 trilhões (83,8% do PIB) em julho, dos quais 44,6% estão indexados à Selic. Segundo o Banco Central, um aumento de um ponto porcentual da Selic, se mantido por 12 meses, eleva em R\$ 31,3 bilhões a dívida bruta, ou 0,39 ponto porcentual em proporção do PIB.

O economista Ítalo Franca, do Santander Brasil, afirma que, no início do ano, com a Selic em 2%, o custo de carregamento vinculado à Selic era estimado em R\$ 65 bilhões por ano. Agora, com a expectativa para o fim do ciclo de 8,5%, o custo anual deve chegar a R\$ 285 bilhões. Franca pondera que o efeito do aumento da Selic não é imediato.

No curto prazo, o efeito da inflação na dívida já está ocorrendo, via emissão de título atrelado ao IPCA, o NTN-B. “A inflação está elevando o custo da dívida: a taxa dos títulos indexados à inflação já subiu 4 pontos percentuais este ano e, apesar de ainda estar em níveis baixos, o custo dos títulos atrelados à taxa Selic tende a subir (atualmente em 2,5%)”, diz o banco, em revisão recente do cenário.

Para Gabriel de Barros, economista-chefe da RPS Capital, a dívida bruta deve terminar este ano em torno de 82% do PIB e ficar relativamente estável em 2022, considerando uma nova devolução de recursos do BNDES para o Tesouro e um crescimento do PIB de 1,8%, que atualmente tem viés de baixa.

Com o déficit primário menor do que o previsto inicialmente, Barros acredita que o principal fator a incidir sobre a dívida deve ser a alta da Selic, para qual ele projeta 9% no fim do ciclo. Ele cita a estimativa de aumento de R\$ 32 bilhões da dívida a cada 1 ponto a mais de Selic. “O qualitativo é muito pior. Hoje, há incerteza sobre o funcionamento da regra fiscal (teto de gastos) em 2022. O melhor do fiscal ficou para trás. A partir de 2023, a visibilidade de trajetória da dívida é muito baixa.”

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do  
Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação – Sedet**

**Fone: (85) 3444.2900**

**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.